



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

Francislene Neres Santos Silva¹
Arlete Ramos dos Santos²
Lisângela Silva Lima³

INTRODUÇÃO

O presente texto traz resultados prévios da pesquisa que se encontra em andamento intitulada: “O Plano de Ações Articuladas - PAR e as políticas educacionais em municípios da Bahia⁴”. Esta pesquisa objetiva analisar as políticas públicas de educação infantil em instituições localizadas no campo que fazem parte PAR do município de Itabuna. Todavia, nesse texto, apresentaremos como está sendo desenvolvida a política de formação continuada para professores da educação infantil que atuam no campo do município de Itabuna. O município de Itabuna está localizado no Sul do Estado da Bahia. Possui uma área total de 432,244 km² e uma população de 204.667 habitantes. Atualmente, no campo de Itabuna existem 25 escolas que atendem a pré-escola, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos.

O Plano de Ações Articuladas – PAR foi criado pelo governo federal no qual os prefeitos das cidades brasileiras assinam um termo de adesão das políticas de educação que são propostas pelo Ministério da Educação. Este programa é gerenciado através de um sistema online de monitoramento (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e

1 Mestranda em Educação em Ciências pela UESC. Integrante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo. Endereço eletrônico: neressantos6@hotmail.com

2 Doutora e Mestre em Educação pela FAE/UFMG. Pós-doutora em Movimentos Sociais pela UNESP. Prof^a. Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz; Coordenadora do Centro de Estudo e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas – CEPECH; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais Diversidade Cultural e Educação (UESC), com registro no CNPQ. Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

3 Mestranda em Educação pela UESC; Especialista em Educação de Jovens e Adultos – UESC; Especialista em Gestão Escolar – Vasco da Gama; Professora Efetiva da Rede Municipal de Itabuna-Bahia; Integrante do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade Cultural e Educação Do Campo, o qual está inserido no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ciências Humanas - CEPECH do Departamento de Ciências da Educação - DCIE da UESC – BA, com registro no CNPQ. Endereço eletrônico: lisangelalivre@hotmail.com

4 Projeto financiado pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, com a participação de bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB.



Controle-SIMEC). Tal procedimento garante ao município mais autonomia e a possibilidade de garantir as políticas públicas a nível local.

O PAR é umas das 28 ações do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído no governo Lula através do Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007. Dentro das vinte e oito diretrizes presentes no Plano de Metas está o PAR no Art. 9º e está definido como “um conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas e a observância das suas diretrizes”. (DECRETO 6.094/2007).

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e está regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), no Art. 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade» (BRASIL, 1996).

No que se refere a Educação Infantil no campo, as bases legais que as constituem, tem sido construída recentemente no país. Só a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas Do Campo que os direitos constitucionais são consolidados. (PELOSO, *online*).

É importante conceber a ideia de Educação do Campo, como uma perspectiva de uma educação que acontece no campo e que seja voltada para o campo (CALDART, 2005). Assim, na implementação de políticas públicas para as escolas do campo é necessário que os sujeitos que participam do processo de elaboração compreendam de que não há uma política homogênea para todo o povo camponês, pois este campo é diverso e heterogêneo.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa está sendo utilizado como perspectiva de análise o método de pesquisa materialismo histórico dialético, pois, segundo Santos e Santos (2010), o referido método em pesquisas na área de educação se aproxima devido a sua postura crítica. A abordagem usada é a qualitativa, pois permite a aproximação ainda mais do objeto de estudo e, tem por base a interpretação dos dados. (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009).

O procedimento utilizado é a pesquisa de campo e para coleta dos dados utilizou-se a entrevista semiestruturada. A principal característica dessa ferramenta é: “[...]”



conduzida a partir de um conjunto de perguntas abertas e numa ordem específica”. (BOCCHI, JULIANI, SPIRI, 2008, p.22). Foram analisadas as entrevistas de uma professora e uma coordenadora que atuam nas escolas do campo situadas no município de Itabuna. As identidades dos sujeitos foram preservadas, assim os nomes usados neste trabalho são fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, compreende a importância da formação inicial e continuada como componente indispensável na redução das desigualdades sociais e ao analisar o que traz os marcos legais, constata-se neste documento a importância que tem a formação continuada para a profissionalização docente. (BRASIL, 2009).

A Lei nº 9.394/96, no Art. 62, inciso I, determina que a União, Estados e Municípios devem oferecer a formação inicial e continuada, como também a capacitação de profissionais que atuam na Educação Infantil. (BRASIL, 1996).

As entrevistas apontaram que no município de Itabuna não há uma política de formação específica para professores da Educação Infantil que atuam no campo. Foi entrevistada uma das coordenadoras de escolas do campo e a mesma afirmou que existe uma formação continuada que atende a todos segmentos, porém não é específica para a Educação Infantil. Entretanto, existe uma formação específica para coordenadores, isso ficou claro nas falas abaixo:

Atualmente[...] a Secretaria oferece uma equipe para trabalhar com educação infantil. Mas para esse professor que tem 40 horas e que tem três segmentos para ele dar conta, fica um pouco difícil dele participar somente para a educação infantil [...]. Então ele tem que se dividir. (ENTREVISTA REALIZADA COM A COORDENADORA JULIETE).

[...] está tendo uma formação aí que nossa coordenadora discorda, pois é muito rico, muito bom, mas chama apenas coordenadores. (ENTREVISTA REALIZADA COM PROFESSORA ROSA).

Nota-se a partir das falas acima que existe uma formação continuada de professores ofertada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Itabuna, entretanto, esta formação está voltada apenas para o coletivo de coordenadores para serem multiplicadores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados pode-se inferir que o município de Itabuna precisa voltar o olhar para os sujeitos do campo e superar os desafios que impõem limites para que a educação seja de qualidade e que atenda as especificidades destes sujeitos. É preciso refletir sobre qual a necessária formação continuada para o professor que atua na Educação Infantil, especificamente nas escolas localizadas no campo.

Existem ações de formação continuada realizada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Itabuna, porém não é uma formação específica para a Educação Infantil do campo. Existe ainda uma formação específica para a Educação Infantil do campo, porém consiste na formação de coordenadores para serem multiplicadores.

O profissional do campo que atua junto a crianças pequenas precisa também receber uma formação contínua específica. Isto contribuirá para a compreensão e apropriação dos saberes que precisam estar presentes na prática docente para que realmente a educação que acontece no campo não reproduza a educação urbana.

Palavras-chave: Plano de Ações Articuladas – PAR. Formação Continuada. Educação Infantil. Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ALVARADO-PRADA, Luis E; FREITAS, Laís; FREITAS, Cinara. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Rev. Diálogo Educ. Curitiba**, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

BOCCHI, S.C.M, Juliani, C.M.C.M &Spiri, W.C. Métodos Qualitativos de Pesquisa: uma tentativa de desmistificar a sua compreensão. **UNESP – BOTUCATU:2008**. Disponível em: http://www.emv.fmb.unesp.br/publicacoes/enfermagem/pesquisa_qualitativa_2008.pdf Acesso em: 15 out. 2017.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Imprensa Nacional, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Decreto Presidencial Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos temáticos: educação do campo**. Curitiba, SEED, 2005. p. 23-34.

_____. **Decreto Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm. Acesso em 20 set. 2015.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação Infantil e/é fundamental. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 804, out. 2006.

PELOSO, Franciele Carla. **Educação Infantil do/no Campo: A Ciranda Infantil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como Alternativa de Atendimento à Criança Pequena**. Disponível em: http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/1-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/a24-educacao-infantil-do-campo.pdf/at_download/file. Acesso em 02 dez. 2016.

SANTOS, Maria de Fátima R. dos; SANTOS, Saulo R dos. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Luís: UemaNet, 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A Pesquisa Científica**. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.